

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL ATRAVÉS DO ACERVO FOTOGRAFICO DO ARQUIVO HISTÓRICO MANOEL DOMINGUES

THE CONSTRUCTION OF THE INSTITUTIONAL MEMORY THROUGH THE PHOTOGRAPHIC COLLECTION OF THE ARQUIVO HISTÓRICO MANOEL DOMINGUES

*Sergio Ricardo Almeida da Hora**

RESUMO

Apresenta o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues e sua ação como memória da cidade de Marabá (PA). Para fins metodológicos, fizemos em um primeiro momento uma breve revisão teórica de alguns conceitos importantes de que tratam este artigo. No segundo momento, transformamos em texto o diagnóstico arquivístico realizado visando a compreensão e o conhecimento da instituição e por assim, do acervo fotográfico e escolhemos 6 (seis) registros dos assuntos: História de Marabá; Enchente de 1980; Urbanização da cidade; Carnaval de Marabá; Festejos juninos; e Aniversário de 100 (cem) anos de Marabá, respectivamente, cujo as quais fizeram uma apresentação e representação fragmentária desse arquivo fotográfico. As fotografias oferecem significados para que o pesquisador explore o tempo para constituir suas narrativas. Logo, esse tipo de registro é importante instrumento de preservação da memória e da cultura local. As fotografias do Arquivo Histórico Manoel Domingues nos oferecem possibilidades de várias leituras e estudos sobre a memória e a história da cidade de Marabá (PA). O acervo é muito rico e significativo, sendo útil a pesquisadores, estudantes e sociedade.

Palavras-Chave: Arquivo Histórico Manoel Domingues; Fotografia; Marabá (PA).

ABSTRACT

The work is to present the photographic collection of the Arquivo Histórico Manoel Domingues and its action as a memory of the city of Marabá (PA). For methodological purposes, we initially made a brief theoretical review of some important concepts addressed in this article. In the second moment, we transformed into text the archival diagnosis carried out aiming at the understanding and knowledge of the institution and, therefore, of the photographic collection and we chose 6 (six) records of the subjects: History of Marabá; Flood of 1980; Urbanization of the city; Marabá Carnival; June festivities; and Anniversary of 100 (one hundred) years of Marabá, respectively, which made a presentation and fragmentary representation of this photographic archive. Photographs know how to offer meanings, so that the researcher decides to explore the decomposition of time to constitute their narratives. Therefore, photographs are an important tool for preserving memory and local culture. This study, therefore, corroborates how much the photographs of the Arquivo Histórico Manoel Domingues offer us possibilities for various readings and studies on the memory and history of the city of Marabá (PA). The collection is very rich and significant, being useful to researchers, students and society.

Keywords: Manoel Domingues Historical Archive; Photography; Marabá (PA).

Submetido em: 06/02/2023

Aceito em: 21/06/2023

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) | sergioricardo.arqui@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia tem como fenômeno de estudo documentos de arquivo, em diversos suportes ou matizes de registros, sejam físicos (papel) ou virtuais (digitais). As dimensões de alcance da Arquivologia podem concentrar-se nos princípios da racionalização do ambiente e dos procedimentos do espaço dos arquivos, cujo objetivo não somente é organizacional (aplicação de técnicas específicas). Porém, novas abordagens transformaram radicalmente os propósitos pelos quais os arquivos devem ser criados. Antes, a justificativa era jurídico-administrativa voltada para o Estado. Contudo, hoje, o arquivo oferece aos cidadãos um senso de identidade, história, cultura, memória pessoal e coletiva, transbordando a noção do arquivo para além dos limites institucionais, ou seja, é propagar a ideia de arquivo, como centro de informação, e assumir sua perspectiva de unidade de ação cultural e espaço idôneo a construção de sentidos. (CALDERON, 2005)

A fotografia, enquanto produto cultural, representa toda a simbologia que envolve o seu processo constitutivo e cognitivo, instituindo uma mediação entre a técnica e as molduras do olhar. O cultural, confesso nos registros fotográficos, contempla uma gama de elementos constituintes dos mais diversos momentos cotidianos. Em virtude disso, sua relevante aplicabilidade na tessitura social mostra ter sentido no contexto da preservação da memória visual, do fortalecimento da identidade e da disponibilidade de nos instruir a um acesso, a um conteúdo estritamente importante para a ampliação do conhecimento das representações do passado (CANABARRO, 2015). O que entendemos é que as imagens fotográficas se configuram para os mais diferentes usos e aplicações: como prova, produção de conhecimento, expressão artística, objeto de recordação pessoal, suporte da memória. Elas nos oferecem, em geral, uma noção verossímil das aparências dos objetos, paisagens e seres do passado, ao contrário do discurso textual ou oral, que se instrumentalizam historicamente, mas que remetem a um rosto sem traços, cenários abstratos, vagos e nebulosos a povoarem a imaginação de seus “leitores”.

A cidade de Marabá (PA) tem muito do seu passado registrado em fotografias. Suas práticas culturais e cenas cotidianas podem ser visualizadas nessas fontes documentais, nas quais percebe-se a cidade em diferentes ângulos, momentos e recordações. São imagens preservadas em arquivos ainda pouco explorados que nos permitem percorrer diferentes fases de sua história, transformações urbanas e trajetória social. O Arquivo

Histórico Manoel Domingues, localizado no espaço da Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM), possui um rico e significativo acervo fotográfico. Grande parte já está digitalizada para fonte de pesquisa, sem a necessidade de manuseio do documento original, mostrando uma preocupação com a sua preservação. Além disso, a instituição constitui-se como um espaço potencializador de reflexões e ações voltadas à memória histórica local e regional. O objetivo deste trabalho é apresentar o acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues e sua ação como memória da cidade de Marabá (PA).

2 MÉTODOS

Para fins metodológicos, fizemos em um primeiro momento uma breve revisão teórica de alguns conceitos importantes de que tratam este artigo. No segundo momento, transformamos em texto o diagnóstico arquivístico, tarefa primordial realizada visando a compreensão e o conhecimento da instituição e, por assim, do acervo fotográfico. Na concepção de Paes (2007, p. 35), “sem o conhecimento dessa entidade – sua estrutura e alterações, seus objetivos e funcionamento – seria bastante difícil compreender e avaliar o verdadeiro significado de sua documentação”. O levantamento de dados visa subsidiar propostas de projetos de organização de documentos, identificando as nuances que envolvem o fluxo documental da instituição, sendo assim, corrobora sobre as atividades, estruturas e funções, definindo como serão os modelos de classificação, avaliação e descrição apropriados, visando a uma destinação final, ou seja, a guarda permanente ou a eliminação.

O contato com o acervo fotográfico nos surpreendeu positivamente pela quantidade de significados que elas puderam fornecer, pela importância e pelos personagens envolvidos na cena fotográfica registrada e as respectivas narrativas que foram se revelando ao longo do diagnóstico e do diálogo com as pessoas que trabalham no Arquivo Histórico.

Após essa etapa, escolhemos 6 (seis) registros dos assuntos: História de Marabá; Enchente de 1980; Urbanização da cidade; Carnaval de Marabá; Festejos juninos; e Aniversário de 100 (cem) anos de Marabá, respectivamente, os quais fizeram uma apresentação e representação fragmentária desse arquivo fotográfico; afinal, o acervo é imenso, sendo, portanto, inviável trabalhar com todas as fotografias que o compõe: são

mais de 3(três) mil fotografias digitalizadas. Ressalta-se que a seleção das imagens, foi uma etapa bastante complicada, visto a relevância e o significado das fotografias, muitas tinham potenciais condições de serem importantes à pesquisa. Além disso, tivemos dificuldades com a identificação temporal e com os fenômenos retratados, ou seja, não havia uma descrição prévia do acervo que auxiliasse a análise dessas imagens. Por este motivo, tivemos que fazer uma descrição de diversos registros, pela falta de registro de assunto, local, nomes das pessoas e datas.

3 UMA VISÃO GERAL DA ARQUIVOLOGIA E DA FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO

O arquivo surgiu da necessidade que o homem tinha de registrar e difundir informações relacionadas ao seu tempo, a gerações futuras, organizando-as de acordo com as técnicas possíveis ou existentes em sua época. Então desde sempre, os arquivos podem ser usados na constituição da memória das instituições e da sociedade. Os arquivos se iniciaram há 6 mil anos a.C. através das primeiras civilizações desenvolvidas às margens dos rios Tigre e Eufrates, mais precisamente em região denominada Mesopotâmia (REIS, 2006). Ao longo dos tempos, se configuraram nos mais diferentes suportes, desde as paredes das cavernas, as tábuas de argila, do papiro, do papel e entre outros. Hoje, a variedade dos suportes é enorme e, por sua vez, os conteúdos inseridos nestes também se tornaram bastante variados.

As teorias e os princípios arquivísticos são a base legal que fornece e orienta a nós, arquivistas, nas intervenções, como a definição e identificação do fundo de arquivo, a organização dos arquivos e a gestão do ciclo de vida dos documentos. Nesse sentido, a reflexão e compreensão de algumas teorias clássicas da área se fazem necessárias, nos quais os arquivos são:

o conjunto das informações, qualquer que seja a sua data, natureza ou suporte, organicamente (e automaticamente) reunidas por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, para as próprias necessidades da sua existência e o exercício das suas funções, conservadas inicialmente pelo valor primário, ou seja, administrativo, legal, financeiro ou probatório, conservadas depois pelo valor secundário, isto é, de testemunho ou, mais simplesmente, de informação geral. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 284)

Como ressalta Bellotto (2007, p. 28), o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar suas atividades-meio e fim. O arquivo, logo, tem o seu conceito atrelado ao princípio de respeito aos fundos e da

proveniência. A aplicação do princípio da proveniência se materializa na identificação do fundo, é bem explicitada pelos critérios propostos por Michel Duchein (1986): existência jurídica, atribuições precisas e estáveis definidas em regulamentos, posição hierárquica administrativa, autoridade com poder de decisão e organização interna conhecida. Porém, Sousa (2004) esclarece que o princípio da proveniência não deve ser entendido em um sentido restrito. É preciso fazer uma leitura mais abrangente, de modo a possibilitar a manutenção da ordem original desde que ela represente, reflita a própria gênese documental e as relações orgânicas estabelecidas pelos documentos.

Além disso, é importante frisar a teoria das três idades. Essa teoria é baseada nas três fases do ciclo de vida documental: a corrente, a intermediária e a permanente, de acordo com a frequência de uso e pela identificação de seus valores primários e secundários. O ciclo de vida dos documentos compreende desde a sua produção até a sua destinação final. Contudo, com o que chamamos “era da informação” em que o profissional “arquivista, como todos os que trabalham com a informação, deve atravessar a parede do formato – o documento – para ir à direção do conteúdo, a informação” (COUTURE, 1996, p. 8). A gestão da informação, com a finalidade de recuperação e uso, exige o conhecimento e a aplicação conjunta de teoria, metodologia e prática, ou seja, passa necessariamente pela gestão de documentos.

3.1 A fotografia como documento arquivístico

No campo arquivístico, a fotografia tem sua especificidade diferente dos demais documentos de arquivo. Sobretudo, devido sua fragilidade, há necessidade de maiores cuidados com sua preservação. Mediante isso, sempre houve dificuldades por partes das instituições arquivísticas com os registros fotográficos e um vislumbre cada vez mais latente de se discutir a fotografia como documento de arquivo. Na visão de Lopez (1996, p. 190), os documentos fotográficos, não recebem o devido tratamento arquivístico adequado a considerar sua especificidade e seu suporte. Eles são apenas valorizados pelo conteúdo informativo da imagem, sem observar o contexto de produção.

Para essa discussão sobre o ponto de vista documental, a respeito da fotografia, é importante destacar o conceito de documento. O Dicionário de Terminologia Arquivística define de forma bem sucinta como uma “unidade de registro de informações, qualquer

que seja o suporte ou formato.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Schellenberg (2006, p.41), no entanto, já é mais expansivo e pode ser:

[...] livros, papéis, mapas, fotografias, ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

O documento fotográfico tem sua definição simples pelo Arquivo Nacional trata-se de uma “fotografia em positivo ou negativo (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 76). A instância máxima arquivística brasileira, classifica desse modo, o documento fotográfico como uma tipologia documental inserida dentro de uma grande área dos arquivos iconográficos. A imagem fotográfica tem um propósito finalístico para o fim a qual se serve. Então, os registros produzidos para documentar algo - representam sempre um meio de informação, um meio de conhecimento – sempre serão mantidos os seus valores documentais.

Mesmo reconhecendo que a fotografia em sua natureza não é um documento, cada imagem fotográfica contém, no entanto, um valor documental que, longe de ser fixo ou absoluto, deve ser apreciado por sua variabilidade no âmbito de um regime de verdade – o regime documental. (ROUILLÉ, 2009, p. 27)

A partir desse pensamento, Rouillé (2009) considera a ideia de investigar como a imagem reproduz uma realidade. Nesse sentido, implica dizer que mesmo que uma fotografia fora vista submetida a manipulações, ela continua sendo vista como uma prova irrefutável de verdade, da veracidade de um acontecimento, pela maioria das pessoas. Contudo, a fotografia refere-se à realidade, ou seja, um vestígio mecânico do que aconteceu. Mauad (2009, p. 36) diz que “a fotografia é tão mais rica em significado quanto for a nossa capacidade de ler as nuances de representação contidas naquela imagem. ” Gonçalves (2009, p. 236), ainda corrobora afirmando que:

A imagem depende dos símbolos e códigos circundantes e compartilhados no período em que foi produzido ou dentro do grupo ao qual pertence o autor. A construção da imagem é função das possibilidades de ver e compreender que pertencem à época na qual o sujeito que a realiza está inserido. Este imbricamento se dá através dos posicionamentos do autor em relação às reflexões de seu tempo, os partidarismos que acolhe ou rejeita, os diálogos que estabelece com

outras produções culturais (de sua época ou anteriores), as técnicas e ferramentas disponíveis e as articulações que o repertório simbólico de seu período possibilita. (GONÇALVES, 2009, p. 236)

Por isso, que são imprescindíveis uma análise e um cuidadoso trabalho de identificação, acondicionamento e organização adequados. Na identificação, podemos estabelecer conexões entre o documento fotográfico e o contexto ao qual foi retratado, é a etapa mais importante para gestão dessa tipologia documental quanto para a sua preservação (PENHA, 2008). Relatar as características técnicas, fazer a descrição, identificar a data, local e o que foi capturado pelas lentes e o olhar do fotógrafo que fez o registro, tem papel relevante na vida útil de um documento fotográfico.

Segundo Martín-Palomino et al. (2000, p.14), é a “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas em que se sustenta à estrutura de um fundo”. Na Arquivologia, essa identificação é o que chamamos de classificação que, segundo Albuquerque (2012, p.105), é uma atividade que vai “determinar que as outras que se seguirão serão realizadas de forma a preservar as características funcionais e informacionais dos documentos. ”.

A identificação, portanto, é que será o aporte definitivo para a definição dos valores primário e secundário da fotografia como documento arquivístico. Desse modo, o arquivista consegue levantar e identificar a gênese documental. Bellotto (2004, p. 36) explica que gênese documental é “a circunstância do documento implica tanto a presença de um fato e de uma vontade de manifestá-lo como a vontade de dar origem ao ato”. É importante lembrar que, mesmo por possuir características diferentes de um documento textual, ele também percorre o mesmo fluxo dentro de uma instituição, ou seja, também passa pelos mesmos procedimentos de gestão documental (PENHA, 2008).

Nisso, existe uma intrínseca correlação entre o valor primário com o valor probatório (secundário). Bellotto (2004, p.31) afirma que o uso primário “[...] seu sentido será dispositivo, probatório, testemunhal ou informativo, segundo a sua categoria”, expressando que o documento é prova de um ato-expressado por uma entidade pública ou privada. Entretanto, o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.163) define o valor primário como o “valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter uma entidade produtora, levando se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais”, em que os documentos já tiveram a sua vigência e tramitação, cumprindo sua serventia como valor de prova para determinadas funções.

No Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM), as fotografias do seu acervo são utilizadas com valores informativos, ou seja, o uso do valor secundário. Conforme definição no Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.163) é o “valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido.” Porém, Theodore Schellenberg (2004, p. 181) já tem outra visão sobre o valor secundário, que corrobora com um consenso que há entre os teóricos da Arquivologia, ou seja, o valor de prova está por meio de documentos que refletem as atividades/funções de um órgão ou instituição e não uma questão unilateral sobre a veracidade de tais documentos.

4 FOTOGRAFIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

A memória se premia recordando, fazendo memorável; e se castiga com o esquecimento. Sendo assim, a fotografia tem a capacidade impulsiva de pôr em evidência ao mesmo tempo, a melancolia e o esquecimento. Então, o indivíduo - na ação descrita nas linhas anteriores - certamente, vai se emocionar, pois perceberá que o tempo passou e a noção de passado se lhe torna de fato. A memória, portanto, é reavivada pela fotografia, devido a sua capacidade de fornecer detalhes, que provavelmente se encontravam perdidos nas lembranças e, por meio delas, essas nuances permanecem vivas. É perceptível que a fotografia tenha um valor para a memória, não só individual como coletiva, contribuindo na recordação de fatos que marcaram a vidas das pessoas de alguma maneira. Esses fatos podem ser simples ou acontecimentos de importância mundial, que de alguma forma afetaram a vida do indivíduo.

Felipe e Pinho (2018) mencionam que Memória é:

[...] a faculdade que condiciona informações de caráter ligadas ao individual e ao coletivo. Só é acionada quando se depara com algo que traz lembranças, lugares, pessoas. E essa memória é compartilhada por um determinado grupo, pode ser na igreja, na escola, na universidade, no próprio bairro ou em outros. (p. 91).

A fotografia, sendo assim, é o testemunho da memória. Por intermédio dos registros fotográficos, dialogamos com o passado, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão. É preciso fazer esforços continuados, investigativos e reflexivos para desvendar o que foi e compreender o que é a imagem

fotográfica naquilo que ela tem de aparente e oculto, no que ela revela e silencia. Esse segue sendo um dos intrigantes desafios. Por essa razão, por muitas vezes, temos as fotografias como tesouros, dentro de pastas, caixinhas, de armários, e as que se escondem dentro de uma carteira. Trata-se de nossos pequenos refúgios, os envelopes que guardam nossos segredos. As pequenas peles, as películas, de nossa existência. As fotografias são confidências, memórias, arquivos. Como menciona Samain (2012), as fotografias são tecidas, malhas de silêncios e de ruídos. Precisam de nós para que sejam desdobrados seus segredos. As fotografias são memórias, histórias escritas nelas, sobre elas, de dentro delas e com elas. Ela, tem o poder de:

[...] reavivar sentimentos antes esquecidos, relativos a um momento ou a uma presença que não está mais entre nós, ou trazer, por instantes, sensações vividas em determinada época e que já não existem mais; ela cumpre o seu papel na rememoração, na reminiscência e na redescoberta dos fatos. (SAMAIN; FELIZARDO, 2007, p. 215).

Nesse sentido, constroem-se redes de significados que singularizam a rememoração pelo ato emocionado que provoca no observador e pela cumplicidade estabelecida entre aquele que observa e aquele que a foto representa. Portanto, é possível, a partir da imagem fotográfica, traduzir a memória de um povo, como afirma Philippe Dubois: “Em suma, é essa obsessão que faz de qualquer foto o equivalente visual exato da lembrança. Uma foto é sempre uma imagem mental. Ou, em outras palavras, nossa memória só é feita de fotografias” (DUBOIS, 1993, p. 314).

Os registros fotográficos são documentos e constituem os acervos de instituições. Além disso, as fotografias, carregam em seu suporte informações latentes para a construção do conhecimento. A sua capacidade de narrar visualmente os fatos que marcam a trajetória de tudo que se faz presente no cotidiano, momentos das pessoas que fazem parte da memória dos lugares. A fotografia como documento, portanto, pode servir de instrumento para a reconstrução de uma memória institucional.

A memória institucional é a memória das instituições, não necessariamente de instituições de memória. É constituída não só pelos documentos, mas também pelos indivíduos que fazem parte do seu corpo de trabalho (FELIPE; PINHO, 2018). A junção dos documentos com o indivíduo proporciona um melhor entendimento sobre memória institucional. Isso facilita a criação de uma linha do tempo com os fatos constituintes dessa memória. Quando o indivíduo não se lembra do fato, o documento está presente como prova. E é nesse sentido que se considera a fotografia como um dispositivo para a

memória institucional. Ela, além disso, se cristaliza como objeto de construção social, mediação cultural e fonte histórica. É no contexto das mudanças sociais que se deve preservar a memória das instituições.

As buscas por informações constituintes de sua memória podem ocorrer dentro e fora das instituições. A memória institucional será desenvolvida de acordo com as características da instituição o que torna um processo seletivo. Nesse contexto, a memória institucional produz informação para a inovação. (FELIPE; PINHO, 2018, p. 94).

Nesse sentido, a fotografia serve como documento para auxiliar na construção de uma memória institucional, juntamente com os outros documentos e com a participação dos membros que constituem a instituição. As instituições de memória, nesse sentido, guardam cada vez mais fotografias em seus acervos, como parte constituinte de sua memória. “A partir da memória, se pode planejar as atividades futuras a fim de não perder sua identidade. Ao se gerar conhecimento, nos mais variados âmbitos da sociedade, as instituições geram regras de convivência.” (FELIPE; PINHO, 2018, p.93).

O exercício historiográfico de recompor as memórias da prática fotográfica para evidenciar a ação dos sujeitos na dinâmica social, problematiza o passado com as questões que o seu futuro coloca. Nessa tensão anacrônica a fotografia se torna, ela mesma, num “lugar de consciência” (MAUAD, 2017, p. 407, grifo da autora).

Contudo, nesse contexto, é importante reconhecer o valor das fotografias para a memória institucional. Os registros carregam em seu suporte informações latentes para o conhecimento e estabelecimento da memória. As fotografias são documentos e constituem os acervos das instituições de memória, sendo assim, dispositivo de memória institucional. A sua capacidade de narrar visualmente os fatos que marcam a trajetória de tudo que se faz presente no cotidiano, momentos das pessoas que fazem parte da memória dos lugares.

5 O ACERVO FOTOGRÁFICO DO ARQUIVO HISTÓRICO MANOEL DOMINGUES

A Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) é uma instituição de direito público e sem fins lucrativos, sediada no município de Marabá (PA), na região sudeste do estado do Pará. Foi criada em 15 de novembro de 1984 por meio da lei municipal nº 9.271, de 28 de dezembro do mesmo ano (FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ, 2022) .

A importante instituição memorialística tem como atividades fim o fomento a pesquisas científicas nas áreas das ciências naturais e humanas. Além dessa preocupação com a pesquisa, desde sua origem a Fundação Casa da Cultura de Marabá buscou proporcionar à comunidade da região o acesso aos resultados de seus estudos. Com esse objetivo, a instituição sempre está na ativa com atividades de difusão cultural, patrimonial e histórico, entre elas, o Museu Municipal, que possui uma exposição multitemática nas áreas de Arqueologia, Espeleologia, Botânica, Pinacoteca, Geologia, Zoologia e Etnologia.

A FCCM está localizada na Avenida VE-2, Folha 21, Quadra especial, Lote 01 - Nova Marabá, Marabá (PA). Para os pesquisadores interessados em realizar visitas técnicas e pesquisas, deve entrar em contato pelo telefone (94) 3322-2315 ou por e-mail: atendimento@casadaculturademaraba.org, para agendamento prévio. A Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) é uma das entidades culturais e museológicas mais visitadas do país, mostrando assim o interesse regional em conhecer a sua memória e sua cultura (FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ, 2022). O acervo fotográfico da Fundação Casa da Cultura de Marabá está arquivado em diversas unidades de sua estrutura administrativa, como o Arquivo Histórico Manoel Domingues e o Arquivo Fotográfico Miguel Pereira. As fotografias utilizadas neste artigo pertencem ao Arquivo Histórico Manoel Domingues, localizado no espaço da Fundação Casa da Cultura de Marabá.

Figura 1 – História de Marabá: Visita do secretário geral de estado do Pará Deodoro de Mendonça a Marabá (PA)



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (1927).

Grande parte do acervo fotográfico do Arquivo Histórico Manoel Domingues encontra-se quase em sua totalidade digitalizadas e armazenadas em um banco de dados de um computador no espaço do Arquivo. São mais de 3 (três) mil imagens, separadas em pastas com os assuntos identificados. O intuito é salvar a sua coleção da

deterioração, facilitar o acesso a pesquisa e difundir o acervo disponibilizado para os pesquisadores e visitantes que buscam conhecer a história de Marabá e região através das fotografias. A importância de se realizar esse processo de digitalização se dá pelo fato de sua finalidade principal ser de preservar o documento analógico restringido ao máximo o seu manuseio, por muitas vezes inadequado, ou seja, reduzir os riscos de danos físicos aos documentos originais (SILVA, 2006). O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2010) faz recomendações para a digitalização de documentos, chamando atenção para que se façam cópias de segurança do material digitalizado, sendo armazenadas em locais distintos. Portanto, a realidade dos documentos já digitalizados pela instituição segue os parâmetros estabelecidos pela política arquivística nacional.

Figura 2 - Enchente de 1980: Avenida Antônio Maia, Núcleo Marabá Pioneira (Velha Marabá), Marabá (PA)



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (1980).

As fotografias digitais, porém, não são palpáveis como o convencional suporte fílmico, ao qual nós estamos acostumados a pesquisar e visualizá-los. Os dados são expressos em *bits*[†] e, para seu acesso, se exige a utilização de equipamento técnicos. Nesse sentido, a rapidez e facilidade em que deve ser a conversão para o digital, assim sendo disponibilizadas para a pesquisa, a qualidade que deve ser empreendida, fazendo com que o objeto seja cópia fiel do analógico, devem ser levadas em consideração. Tudo isso no compromisso ético de contemplar as necessidades informacionais do público.

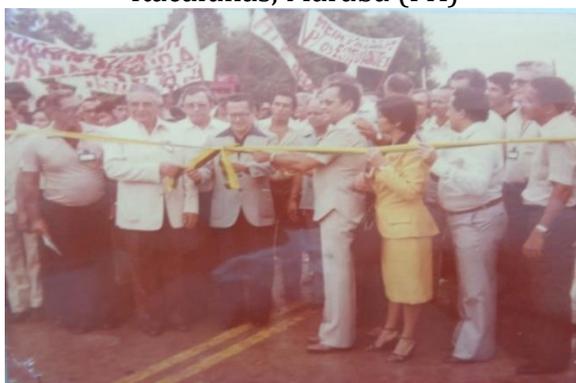
Indubitavelmente, essa reformatação dos registros fotográficos para o digital e sua disponibilização para acesso, é indiscutível também se fazer presente à implementação de sistemas digitais que ofereçam o acesso a esses materiais, por meio de novos canais de distribuição, substituindo, portanto, os manuseios indevidos e, assim, contribuindo para

[†] Simplificação para dígito binário, em inglês, *binary digit*; é a menor unidade de informação que pode ser armazenada ou transmitida.

a preservação das fotografias analógicas depositadas em arquivos, museus e bibliotecas. Silva (2006, p. 435) enfatiza:

A reformatação digital de acervos públicos e sua conseqüente disponibilização para acesso irão, certamente, ao encontro das expectativas de um novo público. É natural que a implementação de sistemas digitais que ofereçam, através de novos canais de distribuição, substitutos visuais para os documentos depositados em arquivos, museus e bibliotecas, acarretem efeitos significativos à própria coleção e a seu uso, já que de espectador o usuário passa a participante. (SILVA, 2006, p. 435).

Figura 3 – Urbanização da cidade: Inauguração da Ponte da Cidade Nova sobre o rio Itacaiúnas, Marabá (PA)



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (1984).

O conteúdo fotográfico pertencente ao Arquivo Histórico Manoel Domingues registra fragmentos de grandes momentos, eventos e transformações na paisagem urbana de Marabá (PA), da região sul e sudeste do Pará e da região amazônica, ao longo do tempo. Sua data-limite vai desde a última década do século XIX, até os dias atuais, sob os assuntos como urbanização da cidade na década de 1990 e no início dos anos 2000; Cultura marabaense e regional, como lendas urbanas, procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, desfile da independência, comemoração do aniversário de 100 (cem) anos da cidade, Maraluar, povos indígenas, cortejo do Divino Espírito Santo, festividades na praia do Tucunaré, etc.; Também há fotografias referentes às cheias dos Rios Tocantins e Itacaiúnas, que se constituem como um evento recorrente na cidade de Marabá (PA). Todos os anos a cidade é assolada pelas cheias dos rios, que acabam por trazer diversas conseqüências à população ribeirinha, principalmente aos moradores do núcleo Marabá Pioneira.

Figura 4 - Carnaval de Marabá: Carro alegórico “O Cabaré”



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (anos 1990).

Figura 5 - Festejos juninos: apresentação de grupo de bumba meu boi



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (anos 1990).

Os registros fotográficos evidenciam um imenso protagonismo ao sujeito social, reforçando uma antiga associação feita entre fisionomia e identidade, traduzida pela expressão facial. Logo, esse rosto fotografado se transforma em um “espelho com memória” (TURAZZI, 2014, p.14-15). As fotografias também oferecem significados, para que o pesquisador decida explorar a decomposição do tempo para constituir suas narrativas. Logo, a busca pelo encaixe entre os signos que compõem a imagem, relativiza a percepção da origem fragmentária que cada fotografia foi submetida, na análise. O registro fotográfico permanece, contudo, sendo compreendido de modo sincrônico, não havendo necessidade de se alterar a temporalidade do espaço.

Todavia, muitos dos registros encontrados, estavam sem a devida identificação, ao qual pretende-se, em um outro momento, possibilitar um arranjo arquivístico para que essas fotografias possam ter seus assuntos identificados e assim registrados, com o propósito de servir como um referencial para a realização de pesquisas e trabalhos

acadêmicos ou escolares, que são atividades necessárias para o desenvolvimento de estudos que enfatizam o resgate da nossa história local e regional.

Figura 6 - Aniversário de 100 (cem) anos de Marabá (PA): apresentação de grupo de carimbó



Fonte: Arquivo Histórico Manoel Domingues (FCCM) (2013).

Logo, a fotografia é um importante instrumento de preservação da memória e da cultura local. É um patrimônio histórico-cultural que deve ser valorizado pela sua importância arquivística e histórica. Nesse sentido, defendemos que a utilização da fotografia não deve ser meramente ilustrativa, ela deve ser entendida e refletida pelo pesquisador como dispositivo que irá permitir as especificidades de vários momentos da cidade de Marabá (PA).

6 CONCLUSÃO

Esse estudo, portanto, corrobora com o quanto as fotografias do Arquivo Histórico Manoel Domingues nos oferecem possibilidades de várias leituras e estudos sobre a memória e a história da cidade de Marabá (PA). O acervo é muito rico e significativo, sendo úteis a pesquisadores, estudantes e à sociedade. Nesse sentido, é importante conhecermos tais acervos, visto que as imagens refletem determinados contextos históricos, sendo necessário atentar, mediante profissionais qualificados e as técnicas arquivísticas, para a sua conservação, recuperação e utilização pelos mais diferenciados públicos. Foi considerando essa necessidade e a importância desses documentos que nos lançamos na pesquisa. A fotografia, portanto, é um valioso fomento de pesquisa, pois sugere diversas interpretações, dispondo de uma gama de potencialidades que precisam ser deslindadas.

A fotografia permite aos consulentes visualizar o passado, cenários e situações por elas representados através de seus indícios e leituras. Como também registrar realidades múltiplas no contexto social em que estão inseridas. Dessa forma, percebe-se a

potencialidade das fotografias como portadora de contextos de produção de conhecimento e como objeto instrumentalizador de uma consciência. Diante disso, são documentos e fonte de informação que precisam ser preservadas e disponibilizadas à sociedade.

Portanto, sob esse olhar, a Arquivologia vai moldando e afirmando sua função social, ao mesmo tempo em que projeta o arquivo como instituição que reflete a própria sociedade, as ações e relações em diversas esferas sociais, lugar propício a interação coletiva. Assim sendo, os arquivos fotográficos são de suma importância às entidades públicas ou privadas, uma vez que atestam sua história, ao mesmo tempo em que representam fatos e fenômenos da sociedade na qual está inserida. Além disso, seu importante papel de preservação e resgate da memória social, cultural e histórica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus.** 2012. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Marília, 2012.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil), **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 4a ed., Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de Arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2004.

CALDERON, W. R. et. al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1037>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CANABARRO, Ivo Santos. Fotografia & História Cultural: Uma janela aberta para o mundo. **Mouseion: Canoas**, n.21, p. 17-34, ago. 2015.

CANABARRO, Ivo Santos. Fotografia e História: questões teóricas e metodológicas. **Visualidades**, Goiânia, v.13, n.1, p. 98-125, jan./jun 2015.

CONARQ. **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes.** 2010. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

COUTURE, Carol. *Le concept de document d'archives à l'aube du troisième millénaire*. **Archives**, v. 27, n. 4, p. 3-18, 1996.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios, teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, n. 1, p.10-14, 1986.

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fabio Assis. Fotografia como dispositivo da memória institucional. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 1, p. 89-101, 2018.

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ (Marabá, Pará, Brasil). Institucional: Sobre nós. Disponível em: <http://casadaculturademaraba.org/sobre-nos/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

GONÇALVES, Tatiana Fecchio da Cunha. Particularidades da análise fotográfica. **Discursos fotográficos**: Londrina, v.5, n.6, p.229-244, jan./jun. 2009.

LOPEZ, André Porto Ancona. Organização arquivística de documentos imagéticos e pesquisa histórica. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, Maringá (PR), v. 7, p. 189-198, 1996.

MARTÍN-PALOMINO BENITO, M.; TORRE MERINO, J. L. L. *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000. 109 p.

MAUAD, Ana Maria. Imagens que faltam, imagens que sobram: práticas visuais e cotidiano em regimes de exceção 1960-1980. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 397-413, maio/ago. 2017.

MAUAD, Ana Maria. Milton Guran, a fotografia em três tempos. **Studium**, Campinas, v.28, 2009.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PENHA, Noemi Andreza. ANÁLISE DO VALOR PRIMÁRIO E VALOR SECUNDÁRIO NAS IMAGENS DA SÉRIE SÃO PAULO – 1899 / 1967 – Fundo Eletropaulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA, 12, 2008, **Anais**. Salvador: UFBA, Disponível: http://enearq2008.ufba.br/wp-content/uploads/2008/09/06-noemi_andreza_penha.pdf. Acesso em: 09 jun. 2023.

REIS, Luís. **O arquivo e a arquivística**: evolução histórica. Lisboa: Évora, 2006.

ROUILLÉ, André. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo. Desejo. **Visualidades**: Goiânia, v.10, n.1, p.151-164, jan./jun. 2012.

SAMAIN, Etienne; FELIZARDO, Adair. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.3, n.3, p.205-220, 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Rubens. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Classificação em arquivística**: trajetória e apropriação de um conceito. 2004. 246 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TURAZZI, Maria Inez. A “CRIATURA” e o “ESPELHO”: o retrato de Machado de Assis por Marc Ferrez. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 13-29, maio/ago. 2014.